



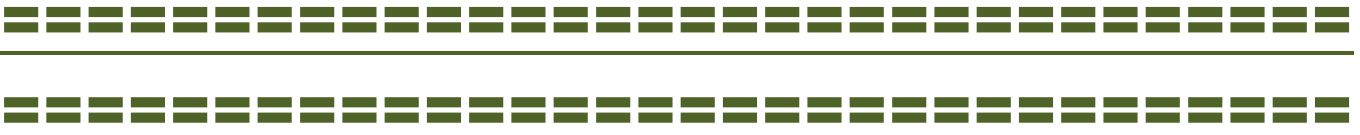
SECRETARIA DE
AGRICULTURA,
PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO



INFORMATIVO PROALMINAS

Fique ainda mais atualizado. Inscreva-se nas nossas redes sociais: [Twitter](#) [Facebook](#) @Agricultura

Edição N° 04/2016
- BH/01/03/2016 -



ÓRGÃO INFORMATIVO
DO
PROGRAMA MINEIRO DE INCENTIVO À
CULTURA DO ALGODÃO/PROALMINAS/
MG

Título	SUMÁRIO	Pág
---------------	----------------	------------

1) - Minha fazenda dá lucro?	03
2) - Corte profundo no orçamento do seguro	06
3) - Drones melhoram a precisão na agricultura	07
4) - Soja precoce antecipa safra de Goiás e Minas Gerais.....	08
5) - Seguro agrícola sofre corte de R\$341 milhões	10
6) - Atualmente, a segunda safra responde pela maior parte da colheita total de grãos (1° e 2° ciclos)	13
7) - Baixa liquidez mantém preço do algodão	16
8) - SC: cooperativa estimula a agricultura de precisão	20



Minha fazenda dá lucro? E quanto pode me pagar?

A chamada “conta de padaria”, em que apenas se subtraem as despesas da receita, está longe de atender às necessidades de gestão econômica de um empreendimento, qualquer que seja; e muito menos determinar qual a sua rentabilidade e o valor do pro labore do proprietário. No caso de uma fazenda de pecuária, por exemplo, muitos fatores interferem no resultado. “É preciso ir mais fundo, não dá para parar por aí”, diz Dalmo Machado, zootecnista e co-fundador da Suporte Consultoria Pecuária. Em suas andanças por propriedades Brasil afora, ele conta que não raro precisa partir das bases para organizar as finanças das fazendas.

Nesses casos, seu primeiro passo é definir de que tipo de negócio pecuário está tratando. “Se for uma fazenda de cria, por exemplo, eu sei que a saída de produtos se dá no momento da desmama. Sei que há venda de machos e de excedente de fêmeas, e que o produtor fica com parte delas para reposição de matrizes”, diz. Com um modelo claro na cabeça, é viável fazer planejamentos de longo prazo e propor desvios na rota. “O modelo não precisa ser engessado. Uma fazenda de cria pode vender matrizes se o preço desses animais subir. O que não dá é para mudar de estratégia todo ano”, afirma o zootecnista.

Tendo nítida qual a sua atividade, o pecuarista deve fazer um levantamento patrimonial, que nada mais é do que uma relação de todos os bens da fazenda e seu respectivo valor, à exceção da terra. Entram aí precificação de benfeitorias: casas, galpões, curral, cocho - tudo que for infraestrutura. De itens com motor: caminhonete, moto, trator, máquinas em geral. De implementos: roçadeira, guincho, grade. De equipamentos: motosserra, jogo de ferramentas, freezer, geladeira, ar-condicionado.

“A venda desse patrimônio geraria um valor X e é sobre ele que se aplicam fórmulas para calcular a manutenção e depreciação”, diz Dalmo. Ambos os valores devem, obrigatoriamente, entrar no custo

anual das fazendas, sendo recomendado ao produtor com menos familiaridade com o assunto buscar assistência técnica.

“A depreciação, eu costumo dizer, é um valor fantasma que bate à porta quando você precisa trocar aquele trator velho”, lembra Dalmo, e ele explica por que.

“Vamos supor que eu comprei uma máquina lá atrás por R\$ 100 mil. Hoje, com dez anos de uso, ela vale 40% disso, vale 40 mil. Isso quer dizer que a cada ano eu deveria ter economizado R\$ 6 mil para ter os R\$ 60 mil que se perderam com a desvalorização”. Em resumo, a depreciação é quanto você precisa poupar para restituir o bem ao final de sua vida útil.

O exemplo é ilustrativo, mas ajuda a entender por que a depreciação é uma peça chave no levantamento de custos da propriedade. Somada a ela vem, claro, a manutenção – gasto que faz com que os bens se conservem até o momento da troca. Atualizações nos valores dos bens podem ser feitas ao longo do tempo para corrigir preços e acompanhar o desenvolvimento do mercado.

Feito o levantamento patrimonial e aplicado sobre ele gastos com depreciação e manutenção, é preciso checar o custo da atividade pecuária em si – que varia conforme o tamanho do rebanho. A esses gastos é dado o nome de desembolsos (as famosas “despesas”). Abaixo, o que não pode ficar de fora da sua planilha de controle:

- Impostos: considerando que o produtor seja pessoa física, os mais comuns são o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e o Imposto de Renda (IR). De acordo com o estado, podem haver outros. Sendo pessoa jurídica, há ainda encargos diferentes, como a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Para mais informações, clique aqui.

- Assessoria: se enquadram neste item a prestação de serviços esporádicos por médicos-veterinários, agrônomos e zootecnistas. Escritórios de contabilidade, mais comumente, e de advocacia, quando necessário, também estão sob o mesmo chapéu.

- Custos com infraestrutura: abarcam contas com energia, telefone, internet, combustível e também gastos da sede (com alimentação, limpeza).

- Suplementação do rebanho: dependendo da prática de cada fazenda, pode corresponder a custos com sal mineral, proteico-energético ou ração concentrada.

- Gastos com a pastagem: no geral, adubação e limpeza.

- Sanidade: dividido em três, contempla gastos com vacinas, vermífugos e medicamentos de rotina.

- Reprodução (item levantado em propriedades de cria, não se aplica a fazendas de recria e engorda): agrega custos com inseminação artificial, geralmente anuais, sêmen e hormônios.

- Mão de obra/Recursos Humanos: são os custos com folha de pagamento, ou seja, com profissionais registrados.

Nesse tópico não entram gastos com a figura do empreiteiro, que tem seus próprios funcionários e geralmente presta serviço de manutenção ao produtor. “Quando conserta uma cerca, o pecuarista que calculou depreciação e manutenção tem reservado aí não só o valor do material, mas também da mão de obra, que está prevista no cálculo”, explica Dalmo. Daí a importância de não registrar esse custo uma segunda vez, para que não fique duplicado.

- Pro labore: último item da lista, é a margem líquida anual que a fazenda pode gerar para o proprietário. Para obtê-la basta subtrair da receita o custo operacional total (depreciação + manutenção + desembolsos) anuais. Dividindo o valor final por 12, o produtor chega ao teto para o seu pro labore mensal. Obviamente, parte desse recurso será reinvestido na propriedade.

“Com todos esses dados, é possível que o pecuarista note que tem maquinário de mais considerando o tamanho do seu rebanho. Ou chegue à conclusão de que vale a pena terceirizar uma atividade a adquirir implementos para sua realização”, afirma Dalmo. Diagnóstico técnico e econômico, o levantamento de custos tem por objetivo fornecer um raio-X das finanças da fazenda e ajudar a identificar problemas que passam despercebidos no dia a dia. O resultado é a melhoria da gestão, seja reduzindo gastos desnecessários ou direcionando estrategicamente os recursos.

(Por: Marina Salles/ Fonte: Portal DBO) (KLFF)

Drones melhoram a precisão na agricultura



As inovações tecnológicas vêm proporcionando ao agronegócio ferramentas para melhorar a produtividade no campo. As pesquisas desenvolvidas pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), por exemplo, contribuíram para transformar a produção rural brasileira, tornando o país um dos principais players desse setor. Novos instrumentos estão surgindo, como os Vants (Veículos Aéreos Não Tripulados), com possibilidade de muitas aplicações nessa área.

“Os drones já vem sendo utilizados nesse setor com grande sucesso. Nos próximos anos, essa ferramenta vai se tornar essencial para a agricultura de precisão”, analisa Gabriel Klabin, presidente da Santos Lab. Com extensas culturas agrícolas, o uso de drones traz diversas vantagens em comparação a outras tecnologias hoje aplicadas nessa área. Ele pode assumir missões de alto risco e traz grandes vantagens frente a operações com aeronaves tripuladas. “A missão de um Vant é de grande precisão e todo o trabalho pode ser acompanhado remotamente”, explica.

As novidades não param apenas com a produção de drones com materiais mais leves e resistentes, além da ampliação de autonomia. Um das vantagens das imagens captadas por um drone em comparação às imagens de satélite, por exemplo, é que a primeira pode ser registrada abaixo das nuvens, ampliando suas possibilidades.

Klabin explica ainda que lentes com melhor precisão ou adequadas para cada uso e softwares para análise desses dados captados permitirão um avanço excepcional para a agricultura: “O produtor rural poderá fazer intervenção cirúrgica em determinadas plantações. Com a posse de diversos dados pode ainda tomar decisões mais precisas sobre o plantio de determinada cultura, por exemplo.”

Segundo ele, esse é um futuro bem próximo e algumas dessas novidades já estão disponíveis no país. “As empresas brasileiras avançaram nas soluções tecnológicas para a agricultura e devem ampliar as novidades nos próximos anos”, afirma Klabin.

(Fonte: Assessoria/ KLFF)



Soja precoce antecipa safra de Goiás e Minas Gerais

A colheita das lavouras de soja precoce está ditando o tom da atual safra em Goiás e Minas Gerais. Com desempenho médio acima das 60 sacas por hectare na variedade de 90 a 115 dias de ciclo, as produções goiana e mineira caminham para uma temporada de renascimento após dois anos de seca e baixa produtividade, verificou a Expedição Safra Gazeta do Povo. Nas últimas duas semanas, a equipe do projeto percorreu 5 mil quilômetros pelas regiões mais férteis dos dois estados.



O plantio com pouca água no solo e o risco da semente não vigorar trouxeram apreensão entre os produtores. O setor temia a reprise da estiagem rigorosa das últimas

temporadas, com o adicional do aumento do custo de produção por conta da alta do diesel e dos insumos. Porém, com praticamente 15% da área colhida, o cenário em Goiás e Minas é positivo, com o painel das colheitadeiras marcando produtividade dentro da média histórica.

“O medo era nas primeiras sojas. Mas estamos tendo uma safra normal para região. Daqui para frente é mais tranquilo”, destaca Ricardo Bonacin Pires, da Núcleo Agrícola, sediada em Rio Verde, no Goiás. “O visual da soja que está no campo está muito bom para o restante da safra que precisa ser colhida”, ratifica José Wilson Vilela, gerente da Coopercitrus, em Itumbiara, também no estado goiano.

A atual safra colabora para que o produtor Silvio Wegener esqueça a temporada passada, quando 30 dias de sol na fase de floração prejudicaram o desenvolvimento da oleaginosa. Com 900 hectares do total de 1,6 mil colhidos, o gaúcho de Panambi, radicado há 33 em Rio Verde, registra média de 66 sacas/ha.

“Ano passado fiquei com média de 44 sacas por hectare. Esse ano o clima ajudou e a colheita está normal, permitindo inclusive o bom planejamento do milho safrinha”, comemora Wegener.

Na propriedade de 26 mil hectares de Humberto Guimarães Cardoso, em Tupaciguara, no Triângulo Mineiro, a colheita também está próxima da média de 60 sacas/ha nas lavouras precoces. O produtor começou a apostar na variedade de ciclo curto há quatro anos, para abrir a possibilidade do milho no inverno.

“Até pouco tempo, não existia milho safrinha por aqui. Alguns produtores arriscaram variedades precoces na soja para permitir essa mudança. Foi uma mudança cultural que não tem mais volta e está dando certo”, diz Cardoso, que na safra passada registrou média de 48 sacas por hectare. “Ano passado foi horrível. Há anos não produzia tão mal.”(Por: Carlos Guimarães Filho / Fonte: Gazeta do Povo)



SC: cooperativa estimula a agricultura de precisão

A agricultura de precisão ainda é pouco utilizada em Santa Catarina. Quem usa essa tecnologia afirma que ela traz ganho de produtividade. Isso não tem sido suficiente para convencer os associados da Copercampos. Menos de 10% deles utilizam a agricultura de precisão para adubar as lavouras.

Durante a 21ª Edição do Dia de Campo Copercampos, que aconteceu nesta terça, dia 23, a cooperativa de Campos Novos aproveitou para incentivar os produtores a investir nessa tecnologia, que pode trazer grandes ganhos de produtividade.

O programa começou com um quadriciclo, usado para pegar amostras de cada hectare da terra. O material é analisado em laboratório. Depois, é feito um mapa que indica os pontos da propriedade que mais precisam de nutrientes.

“Os principais itens da análise de solo que são corrigidos normalmente são o PH, os níveis de fósforo e os de potássio, além de enxofre, bório e outros nutrientes. Conforme a necessidade em cada região, em cada lote e em cada lavoura, é feita a recomendação”, diz o engenheiro agrônomo Fabiano Paganella.

A copercampos conta com mais de mil associados. Jhonathan Hartmann é um dos poucos produtores ligados à cooperativa que aplica a tecnologia. E já está colhendo os resultados. começo, produzia 58 sacas. No segundo ano, passou para 68. Hoje são 77 sacas de soja por hectare. E o milho passou de 120 para 202 sacas”, contabiliza Hartmann.

Só para fazer a análise do solo, o produtor gasta cerca de R\$ 80 por hectare. Mas, para quem investe, vale muito a pena. “A agricultura de precisão é o caminho, não tem volta”, conclui o produtor.

Por: Roberta Silveira / Fonte: SF Agro

Seguro agrícola sofre corte de R\$ 341 milhões



Lei Orçamentária previa R\$ 741 milhões para a subvenção, MAPA anunciou terça-feira que recursos caíram para R\$ 400 milhões

Até a próxima quinta-feira, dia 25, os valores de subvenção do seguro para milho, trigo e café devem ser anunciados, diz a ministra. Os valores ainda precisam ser aprovados pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, mas ela antecipou que, para milho e trigo, devem ser liberados entre R\$ 170 milhões e R\$ 180 milhões.

Normalmente, a subvenção do seguro é anunciada junto com o Plano Safra, o que ocorre no meio do ano. Desta vez, no entanto, o ministério atendeu à demanda de produtores dessas culturas, que fazem o plantio antes do anúncio do plano e estavam impedidos de adotar essa proteção a um custo menor.

“Nossa pressa é principalmente pelo milho safrinha e pela demanda mundial crescente pelo produto. Os preços estão altos no mercado interno e externo e o seguro vai estimular a produção”, disse a ministra.

“Estamos evoluindo, tratando os produtos cada qual em sua estação”, afirmou.

No total, o contingenciamento do Mapa foi de R\$ 553,7 milhões, reduzindo o orçamento total da pasta de R\$ 2,037 bilhões para R\$

1,483 bilhão. As demais áreas atingidas pelo corte serão anunciadas oportunamente.

“Vamos fazer o trabalho de acordo com a tarefa que recebemos e cumprimos a determinação com tranquilidade”, disse a ministra. Apesar do corte, completou ela, as culturas de maior risco manterão o mesmo número de apólices e área protegida de 2014.

Kátia Abreu afirmou que as atividades prioritárias do Mapa não serão prejudicadas pelos cortes. Lembrou que, em 2015, o contingenciamento imposto ao ministério foi de R\$ 580 milhões, mas, devido à economia de gastos de R\$ 389 milhões ao longo do ano, o impacto real foi de apenas R\$ 198 milhões.

“Ao transferirmos recursos da atividade meio para atividade fim, nosso impacto real foi menor. Estamos tentando aproximar ao máximo o Mapa da realidade da iniciativa privada, com menos gasto com a máquina, porque devemos atender ao nosso patrão, que é o contribuinte”, observou Kátia Abreu.

>Subsídio:

A ministra anunciou ainda mudança na porcentagem da parcela subsidiada pelo governo federal, que passará de 40% a 70% para 35% a 45% na safra 2016/2017. A medida teria sido tomada para que mais produtores e maiores áreas de plantio fossem contemplados.

De acordo com cálculos do Mapa, os R\$ 400 milhões serão suficientes para proteger 6,4 milhões de hectares em todo país, em 81,7 mil apólices. No ano passado, o orçamento de R\$ 282,3 milhões cobriu 2,89 hectares em 40,5 mil apólices.

>Taxações:

Kátia Abreu também comentou sobre a possibilidade de as exportações do agronegócio serem taxadas e, mais uma vez, se posicionou contra. “A presidente nunca tratou desse assunto comigo no que diz respeito ao âmbito nacional. Sou contrária a

essa ideia. O agro chegou aqui porque se desvencilhou dos impostos e se tornou mais competitivo”, afirmou.

Questionada sobre as iniciativas estaduais para taxas as exportações, a ministra disse que não poderia comentar e que cabe às entidades de classe e deputados de cada estado se articular para travar esses projetos. (Fonte:Canal Rural)

Atualmente, a segunda safra responde pela maior parte da colheita total do grão (1º e 2º ciclos)



O período recomendado para o plantio da segunda safra de milho da temporada 2015/16 no Centro-Sul do Brasil começou no dia 15 de janeiro. Agricultores do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais devem plantar o cereal até março, informa o Ministério da Agricultura.

Atualmente, a segunda safra responde pela maior parte da colheita total do grão (1º e 2º ciclos). No período 2014/15, a segunda safra, ou de inverno, representou 64,5% da produção de 84,67 milhões de toneladas.

Conhecida anos atrás como safrinha, a segunda safra de milho passou a se destacar mais na agricultura brasileira a partir do ciclo 2011/12. Naquela temporada, a colheita do cereal plantado fora do período tradicional do calendário agrícola ultrapassou pela primeira vez o volume da produção do milho primeira safra. Desde então, não parou mais de crescer.

O milho segunda safra também é cultivado no Norte e no Nordeste. Em Tocantins e Rondônia, o plantio se inicia em fevereiro. No Maranhão e no Piauí, a semeadura começa em março. Em abril será a vez dos agricultores de Alagoas, do nordeste da Bahia e de Sergipe plantarem o cereal.

Em razão da proporção que tem alcançado, principalmente para o milho, o termo safrinha não seria, hoje, o mais adequado. Assim, tem-se usado o termo segunda safra. O Brasil deverá ter uma produção próxima de 64 milhões de toneladas de grãos na segunda safra (incluindo a terceira safra de feijão), em 2016. Isso significaria algo como 30% da produção de grãos da safra 2015/16.

À frente

A principal cultura plantada na segunda safra é o milho, com área estimada próxima de 10 milhões de hectares em 2016, e produção da ordem de 58 milhões de toneladas. Em seguida vem o feijão (segunda e terceira safras), com 3,5 milhões de toneladas, depois o sorgo, com 1,9 milhão. Depois aparecem outras espécies, com produção bem menor, como amendoim (0,24), girassol (0,18), e outras ainda com menor área, como o milho pipoca.

Segundo **Ciro Antonio Rosolem**, vice-presidente de Estudos do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS) e professor Titular da Faculdade de Ciências Agrícolas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCA/Unesp Botucatu), o cultivo de soja em segunda safra tem aumentado, em função da boa rentabilidade, mas, em função do ataque de pragas e doenças, causa alguns problemas. Assim, a safrinha de soja está proibida em alguns estados.

“Na verdade, a segunda safra deve ser definida muito antes de fevereiro, e deve ser planejada juntamente com a safra de verão que a precede, pois a implantação da safrinha vai determinar o tipo de variedade e o ciclo da cultura de verão”, alerta, acrescentando que é preciso planejar o uso de herbicidas levando em conta o período residual, para que não haja prejuízo à segunda safra. Há ainda que se considerar a sensibilidade das espécies e variedades em rotação a nematoides. Além de tudo isso, é necessário considerar a extensão e época de obediência ao vazio sanitário que existe em alguns Estados.

Rentabilidade

Para **Ciro Rosolem**, a rentabilidade da segunda safra, em alguns casos, tem se equiparado à primeira. Isso porque normalmente a produtividade de milho e do sorgo são menores, mas a produtividade do feijão, do amendoim e do girassol podem ser maiores, em função do clima e da incidência de doenças.

Primeira safra gera boa safrinha

De acordo com **Ronaldo Teixeira**, economista, contador e profissional da área agrícola, é importante escolher o ciclo da soja em função de sua precocidade e época ideal de plantio, tendo em vista que as variedades de soja mais precoces têm zoneamento de plantio mais cedo, podendo ser plantadas no início do mês de outubro e colhidas no fim de janeiro.

“Portanto, para plantio de milho na segunda safra este deve acontecer até, no máximo, dia 20/02. Após esta data a cultura mais indicada para a região do Triângulo Mineiro é o girassol e o sorgo, pois essas culturas têm um custo de implantação menor e demandam menos água para seu desenvolvimento”, aconselha.

Planejamento é fundamental

Fertilidade do solo é uma grande preocupação de agricultores que fazem duas safras por ano, pois a demanda por nutrientes pelas plantas praticamente dobra nesta situação, podendo o agricultor usar culturas que se beneficiem dos restos culturais da safra passada, como o milho, que utiliza uma parte do nitrogênio deixado pela soja no solo após ser colhida, a soja, que utiliza o potássio deixado pela cultura do girassol, etc.

Outro detalhe importante é a utilização de herbicida, que pode deixar resíduos no solo prejudicando a cultura seguinte, pois a maioria dos herbicidas sistêmicos podem demorar até seis meses para se decompor.

A presença de nematoides deve ser bem monitorada, pois com cultivos intensivos estes podem se multiplicar com uma velocidade muito grande e causar sérios prejuízos ao produtor. (Fonte – Revista Campo e Negócios)



Saiba quais serão os Estados mais prejudicados com o fim do prazo do CAR:

Ministra do Meio Ambiente adverte: prazo do CAR não será prorrogado.

Os pouco mais de dois meses para o fim do prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), quatro estados ainda tem mais de 80% da área cadastrável fora do sistema. Rio Grande do Sul, Pernambuco, Alagoas e Paraíba cadastraram menos de 20% da área até 31 de janeiro de 2016.



Em entrevista ao jornal Zero Hora a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, falou sobre uma eventual prorrogação do prazo para a inclusão de todos os imóveis rurais do Brasil no Cadastro Ambiental Rural (CAR). O prazo foi estabelecido no Código Florestal vigente e vence no próximo dia 5 de maio. A Ministra também alertou para o que acontecerá com quem perder o prazo.

Veja a resposta dada por Izabella Teixeira ao Zero Hora:

Zero Hora: O prazo de inscrição poderá ser prorrogado?

Izabella Teixeira: "Não. O Brasil tem de parar com essa cultura de prorrogar prazos. Termina em maio. E a ministra Kátia Abreu, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, todos os movimentos trabalham para fazer o cadastro."

"O Incra cumpriu o prazo. Então, é impressionante que um Estado produtor importante, um ator político como o Rio Grande do Sul, esteja lá atrás. O cadastro não é para punir, é para fazer você aumentar a sua produção, porque quem protege produz. E o governo do Estado tem um papel importante nisso."

Zero Hora: E quem ficar de fora?

Izabella Teixeira: A partir de 2017, haverá suspensão de crédito. Não cumprir a lei não é tolerável. É incrível que o Rio Grande do Sul se veja refém de uma situação de implementação do CAR. Se você olhar o cenário, a

Estado	Área fora do CAR
Rio Grande do Sul	90%
Pernambuco	89%
Alagoas	85%
Paraíba	84%
Espírito Santo	76%
Bahia	75%
Ceará	74%
Piauí	72%
Sergipe	72%
Rio Grande no Norte	70%
Mato Grosso do Sul	64%
Distrito Federal	63%
Paraná	50%
Goiás	45%
Tocantins	44%

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro

Região Sul é a que tem a menor área cadastrada. De 42 milhões de hectares área no Sul, só 13 milhões foram cadastrados. Peço que os gaúchos se engajem e façam a implementação do Código Florestal. Vem aí uma discussão sobre agricultura de baixo carbono, de clima, e o Rio Grande do Sul tem de ter protagonismo nisso.

Veja a íntegra da entrevista no site do Zero Hora:

Izabella Teixeira: “Não podemos perder anos com ação judicial em Mariana. Considero absolutamente equivocada essa postura dos ambientalistas governamentais. Já disse isso aqui outras vezes. O grande ganho da reforma do Código Florestal não foi o novo texto da lei, que continua sendo muito ruim, mas a (re)aproximação entre o setor rural e a proteção do meio ambiente. Essa (re)aproximação precisa ser cultivada, não testada como faz a Ministra ao brandir o fim do prazo do CAR em tom de ameaça.”

“O governo jamais cumprirá as metas assumidas em Paris (veja aqui) sem a parceria e a boa vontade do setor rural. Tratando produtor rural na base da

ameaça, os ambientalistas do Governo enfezam a boa vontade e reduzem as chances da parceria.

“Quem vai ficar fora do CAR e à margem da lei depois de 5 de maio serão, em grande medida, pequenos produtores rurais. Não é a toa que o CAR tem uma grande área cadastrada em relação ao total cadastrável, mas um número relativamente baixo de propriedades cadastradas. O estado de Rondônia, por exemplo, tem quase 80% da área cadastradas, mas menos da metade dos imóveis foram incluídos no Cadastro.”

“São poucos imóveis que cadastraram uma área grande porque são os grandes que estão fazendo o CAR. Há poucos dias atrás tive a oportunidade de conversar com um pequeno produtor de leite na Amazônia. Encontrei o homem por acaso andando na propriedade procurando por um bezerro sumido. Perguntei se ele já tinha feito o CAR. Ele nem sabia o que era CAR.

“Os pequenos é que estão ficando de fora e serão eles os maiores prejudicados pela intransigência dos ambientalistas governamentais.”

“É certo que o Governo não pode transigir ou lançar dúvida sobre uma eventual prorrogação. Isso resultaria em incerteza e faria com que os produtores suspendessem o cadastramento. Seria ruim para todos.”

“Minha opinião é que o Governo deveria anunciar agora uma Medida Provisória prorrogando o prazo do CAR apenas para os pequenos produtores rurais. Isso passaria o sinal de que não haverá prorrogação para os grandes ao mesmo tempo em que aliviaria os pequenos. É assim que se constrói a parceria sem a qual não haverá a recuperação de 12 milhões ha de florestas. Ah, mas os ambientalistas vão reclamar, temem alguns. Não vão. Os ambientalistas sérios apoiarão. Incluir os pequenos produtores no CAR e preservar o bom relacionamento com o meio rural é meta para quem é ambientalista sério. Os “ecopilantras” travestidos de ambientalistas sim, esses reclamarão. Mas, e daí?” A Ministra Izabella Teixeira foi uma das primeiras ambientalistas a entender que o “tensionamento” entre produtores rurais e os “mujaheddins” do ambientalismo santo dos últimos dias era ruim para a proteção ambiental. Mas o uso prolongado de cachimbo deixa a boca torta.”

Em tempo: Ao afirmar que “o Incra cumpriu o prazo”, a Ministra está, por assim dizer, faltando com a verdade. A verdade está escrita com letras miúdas no próprio relatório do CAR disponibilizado pelo MMA. Repare nos realces em amarelo no “print” abaixo retirado do relatório de Dezembro do CAR:

EXTRATO GERAL – BRASIL

	Região	Área Passível de Cadastro ¹ em hectares	Área Cadastrada ² em hectares	Imóveis Cadastrados ²	Percentual de Área Cadastrada ³
Geral Brasil	Norte	93.717.515	76.881.882	338.903	82,04%
	Nordeste	76.074.156	27.127.118	182.441	35,66%
	Centro-Oeste	129.889.570	81.457.155	228.031	62,71%
	Sudeste	56.374.996	35.548.705	576.746	63,06%
	Sul	41.780.627	13.227.049	496.808	31,66%
Assentamentos 1 ⁴			8.952.738	164.740	
Assentamentos 2 ⁵			14.861.225	267.759	
Total Geral		397.836.864	258.055.871	2.255.428	64,86%

¹Área estimada com base no Censo Agropecuário 2006 (IBGE) e nas atualizações do Distrito Federal e dos estados Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Pará e Mato Grosso

²Para os estados Espírito Santo e Mato Grosso do Sul as informações correspondem aos dados declarados pelos estados em 31/12/2015; para os estados de São Paulo e Pará, as informações referem-se a, respectivamente, 03/01/2016 e 31/10/2015

³Percentual calculado com base na área passível de cadastro

⁴Projetos de Assentamentos do INCRA em cadastramento no SICAR

⁵Projetos de Assentamentos do INCRA aguardando envio de dados (Sistemas Estaduais) para o SICAR

O Ministério do Meio Ambiente conta como área cadastrada 23 milhões de hectares de assentamentos, mas a notas de rodapé dizem em letras miúdas que essas áreas estão “em cadastramento” ou “aguardando o envio de dados”. Ou seja, esses 23 milhões de hectares ainda não estão cadastradas. O Incra não cumpriu, nem conseguirá cadastrar todos os assentamentos do país até de 6 de maio. Aliás, os assentamentos do Incra ocupam 88 milhões de hectares. (Fonte: Zero Hora)

Baixa liquidez mantém preço do algodão estável nos últimos dias

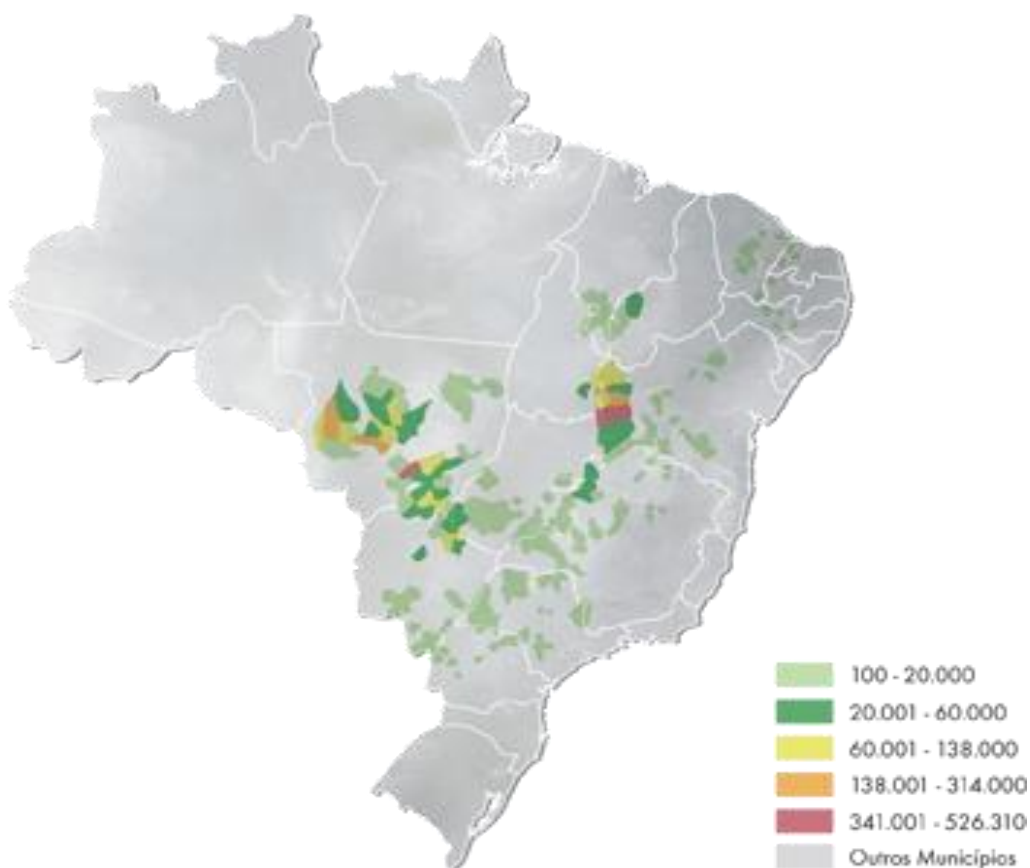
A liquidez no mercado interno de algodão se mantém baixa e os preços, praticamente estáveis. É o que informa, nesta quarta-feira (24/2), o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). De acordo com os pesquisadores, tem havido grande diferença entre valores pedidos pelos vendedores e ofertados pelos compradores.

“No geral, indústrias buscam adquirir pequena quantidade de pluma para entrega imediata, mas encontram cotonicultores firmes nos preços pedidos. Alguns produtores, com necessidade de “fazer caixa”, têm negociado prioritariamente soja ou milho”, diz a instituição, em nota.

Diante do cenário, entre 16 e 23 de fevereiro, o indicador da instituição, com base no produto posto em São Paulo, se manteve estável, fechando a R\$ 2,5685 por libra-peso na terça-feira, 23. Na parcial de fevereiro, a baixa é de 1,96%. (Fonte: Globo Rural)



ALGODÃO NO BRASIL



Produtores de leite sofrem com alta do dólar e aumento de custos –

(Cad. Mercado - Folha de São Paulo) / (Por Mauro Zafalon - mauro.zafalon@uol.com.br)



O leite está refém da crise. É um dos setores mais afetados pelo desarranjo da economia. Do lado do produtor, o efeito da alta do dólar só traz custos. Do lado da indústria, a recessão e o desemprego provocam queda de renda e vendas menores.

Diferentemente do que ocorre com a soja, produto que tem como referência externa os preços em dólar os valores da oleaginosa sobem no mercado interno devido à desvalorização do real, o leite tem pouca participação na balança comercial. Ao contrário, as importações superam as exportações.

Resta ao produtor de leite pagar mais pela ração, composta em boa parte de grãos que estão com valores elevados no mercado interno e gastar mais também com outros insumos importados, cujos preços subiram devido ao dólar mais caro.

"O leite seguramente é mais prejudicado do que os outros setores nessa situação", diz Wagner Yanaguizawa, analista do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). Além dos custos maiores de produção, pesquisa do Cepea mostra que a queda do poder de compra dos

consumidores faz com que eles substituam leite e derivados (como iogurte) por itens de menor valor, quando não deixa de comprá-los, diz o analista.

Para Yanaguizawa, 2015 já foi período de custo elevado e receita curta. O produtor teve o menor preço em cinco anos. E este início de 2016 também é com maiores custos e menores receitas.

>Energia cara

Os custos, afinal, vêm não só da ração, que representa 40% dos gastos na produção, mas também de energia elétrica e de combustíveis. O fator que inibe uma correção dos preços do leite é a concentração das compras em poucas indústrias, que só reajustam quando há queda na oferta do produto.

Esse cenário crítico no setor de leite está levando muitos produtores a sair da atividade, enquanto outros buscam a diversificação. Uma das saídas é manter os bezerros no pasto para uma comercialização mais tarde. Em geral, o produtor mantém apenas as fêmeas.

Ao contrário do leite, o gado para carne tem mantido preços em alta nos últimos anos, o que vem favorecendo até o abate de vacas leiteiras.

Diante desse cenário, o analista do Cepea diz que aumenta também a concentração dos produtores, uma vez que os menores não conseguem se manter na atividade. Mas ele alerta para o fato de que este é o momento para que o produtor consiga obter melhora nos preços, uma vez que a oferta de leite é menor.

Os preços baixos do ano passado são reflexo da elevada oferta de leite em 2014, o que gerou estoques no setor. Nos últimos meses, no entanto, o clima não tem favorecido a produção. Em algumas regiões, como o Sul, o excesso de chuva atrapalha a atividade nas fazendas e no transporte do produto. Em outras, como o Sudeste e o Centro-Oeste, as chuvas chegaram tarde, prejudicando pastagens e produção.

Os novos investimentos na atividade são poucos nesse período de baixo rendimento no setor, mas eles são importantes, na avaliação do analista do Cepea. Eles permitem uma elevação da qualidade do leite.

No segundo trimestre, os preços do produto devem reagir, devido ao início da entressafra e à oferta menor.



GABINETE DA SECRETARIA DE
ESTADO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE
MINAS GERAIS

João Cruz Reis Filho
Secretário

Kleber Vilela Araújo
Secretário-Adjunto

Orlando Caixeta Fialho
Subsecretário de Desenvolvimento Rural

Odiel de Souza
Subsecretário do Agronegócio



Lindomar Antonio Lopes
Coordenador do PROALMINAS/SEAPA/MG
Assessoria Técnica do Secretário
Belo Horizonte/MG
Fone: (31) 3915.8535
lindomar.lopes@agricultura.mg.gov.br